SemeAd 2024
XXVII Seminários em Administração

05, 06, 07 e 08 de novembro de 2024
ISSN 2177-3866

ECOANSIEDADE : AS PERSPECTIVAS DA PROBLEMÁTICA SOB A ESFERA DA GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE

LUISA JANAINA LOPES BARROSO PINTO
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

GABRIELE FERREIRA DA SILVA
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA UECE

RAQUEL FIGUEIREDO BARRETTO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

JOSE HENRIQUE BATISTA MONTEIRO
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

ECOANSIEDADE: AS PERSPECTIVAS DA PROBLEMÁTICA SOB A ESFERA DA GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE

Introdução

A ansiedade climática ou ecoansiedade (angústia relacionada com as crises climáticas e ecológicas) estão ganhando cada vez mais a atenção em todo o mundo, à medida em que as pessoas se tornam cada vez mais conscientes das ameaças globais atuais e futuras associadas ao aquecimento do nosso planeta (Pihkala,2020).

A evidente intensificação da crise transdimensional que atravessa o tecido ecossistêmico e a crescente frequência de eventos extremos impactam vidas e comunidades, dentro da perspectiva global. A crise climática tem importantes implicações a longo prazo para a saúde física e mental, como resultado de mudanças ambientais agudas e crônicas, desde tempestades e incêndios florestais até à mudança de paisagens e ao aumento das temperaturas (Verplanken, 2020)

Eventos climáticos menos perceptíveis, mas profundamente prejudiciais, de início lento, estão a alterar a distribuição de doenças infecciosas, a afetar a segurança alimentar, a acometer infraestruturas essenciais e a minar os determinantes socioeconómicos da saúde (Oppermann *et al* ., 2022). Como resultado, os impactos das alterações climáticas na saúde física e mental estão aumentando rapidamente. Embora nenhuma região esteja isenta de ser afetada, as populações mais vulneráveis e carentes, que muitas vezes menos contribuíram para as alterações climáticas, são afetadas de forma desproporcional – uma consequência direta de injustiças estruturais e de dinâmicas de poder prejudiciais, tanto entre como dentro dos países (Islam; Winkel, 2017; Lancet Countdown, 2023).

Um episódio nacional recente, os eventos climáticos registrados no final do mês de abril e início de maio/2024 no estado do Rio Grande do Sul, apresentou valores elevados de precipitação, causando inundações e movimentos de massa em diversos municípios do estado, reverberando no acontecimento impacto estrutural no país diretamente relacionado a mudanças climáticas. Ou seja, promoveu a migração de sua população e trouxe consequências diretas na saúde física e mental dos moradores. As alterações climáticas têm implicações importantes para a saúde e o futuro das populações e comunidades, adicionando o fato ainda de que os afetados possuem pouco poder para limitar os seus danos, tornando-os vulneráveis, ainda mais, ao medo, tristeza, frustração, estresse e ansiedade relacionados às mudanças ambientais em suas rotinas, ou seja, prováveis ecoansiosos.

Artífice do termo e pesquisador seminal da problemática, Albrecht (2007) estruturou o estudo da ecoansiedade, sob o termo solastalgia que considera a percepção que a crescente conscientização da degradação ambiental associada à percepção de que poucas pessoas se preocupavam com o assunto, bem como também à falta de compromisso de empresas e políticos em relação aos impactos de ações desastrosas sobre o planeta, estava levando pessoas a desenvolverem uma sensação de desesperança e impotência, causando sofrimento psíquico. Ao contrário da nostalgia, a melancolia ou saudade de casa experimentada por indivíduos quando separados de um lar amado, a solastalgia é o sofrimento produzido pela mudança ambiental que impacta as pessoas enquanto elas estão diretamente conectadas ao seu ambiente doméstico (Albrecht *et al*., 2007).

Em situações ameaçadoras e incertas como a crise climática, esta resposta pode ser vista como aquilo que é por vezes referido como ansiedade prática (Clayton; Karasia, 2020; Verplanken *et al*., 2020). Embora dolorosa e angustiante, os estudos na ótica de acolhida e enfrentamento à ansiedade climática ainda são incipientes. Diante deste cenário tem-se os seguintes questionamentos: Seria a atenção ao fenômeno da ansiedade climática necessária

para os programas psicossociais públicos? Quais as medidas da gestão pública em saúde potencialmente relevantes no enfrentamento deste fenômeno?

Problema de Pesquisa e Objetivo

Há cerca de vinte milhões de novos refugiados climáticos por ano no mundo, e a previsão do Banco Mundial é que até 2050, duzentos e dezesseis milhões de pessoas deixem seus países por causa de mudanças climáticas, perda de biodiversidade, escassez de água potável, erosão, mineração ou agronegócio (Pego *et al* ., 2023).

A Organização Meteorológica Mundial oficializa que 2023 foi o ano mais quente já registrado[1]. Seis conjuntos de dados internacionais confirmaram que a média global anual foi 1,45°C acima dos níveis pré-industriais, com margem de erro de mais ou menos 0,12°C. O valor se aproxima cada vez mais de 1,5°C, o marco limite do Acordo de Paris[2]. Segundo a OMM, o ano de 2024 pode ser ainda mais quente, acompanhado por enormes impactos socioeconômicos (WMO, 2023). Ainda em 2023, o Relatório da Lancet Countdown divulgou que nos últimos 20 anos, o aumento da mortalidade relacionada ao calor excessivo cresceu 54%, e que a inação climática está hoje a custar vidas e meios de subsistência, com novas projecções globais a revelarem a grave e crescente ameaça para a saúde de novas ações adiadas em matéria de alterações climáticas (Lancet , 2023) .

Com o avanço do tema, relações e estudos com distintas populações são observados, bem como a consistente elevação das angústias relacionadas à tese. Hickman e colaboradores (2021) tiveram como objetivo entender os sentimentos, pensamentos e impactos funcionais associados às mudanças climáticas entre jovens. Foram consideradas as respostas de uma população de 10 mil participantes. Eram elegíveis se tivessem entre 16 e 25 anos e vivessem em um dos dez países selecionados (Austrália, Brasil, Finlândia, França, Índia, Nigéria, Filipinas, Portugal, Reino Unido e EUA). Ao final, os entrevistados de todos os países considerados no estudo estavam preocupados com as mudanças climáticas (59% estavam muito ou extremamente preocupados e 84% estavam pelo menos moderadamente preocupados). Mais de 50% relataram cada uma das seguintes emoções: triste, ansioso, bravo, impotente, desamparado e culpado. Mais de 45% dos entrevistados disseram que seus sentimentos sobre as mudanças climáticas afetaram negativamente sua vida diária e funcionamento, e muitos relataram um alto número de pensamentos negativos sobre as mudanças climáticas (por exemplo, 75% disseram que acham que o futuro é assustador e 83% disseram que acham que as pessoas falharam em cuidar do planeta) (Hickman *et al.,* 2021).

No Brasil , com um vasto e heterogêneo território , e de miscelânea cultural , eventos climáticos extremos são frequentes. Estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), contabilizou que entre 1º outubro de 2017 até 17 de janeiro de 2022 os prejuízos econômicos aos Municípios afetados contabilizaram cerca de R$ 55,5 bilhões. Nestes

[1] A OMM foi fundada em 1950 e se tornou uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) em 1951, para a Meteorologia (tempo e clima), hidrologia operacional e ciências geofísicas. A sede da OMM fica localizada em Genebra, Suíça e, desde 4 de dezembro de 2009, é composta por 189 membros (sendo 183 estados e 6 territórios). O Brasil é um estado-membro desde a fundação da OMM. (Disponível em https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/31)

[2] O Acordo de Paris foi assinado em 12 de dezembro de 2015 e passou a valer em 4 de novembro de 2016(Disponívelem:https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-acordo-de-paris-assinado-por-196-paises-e-discutido-na-cop27/#:~:text=O%20Acordo%20de%20Paris%20foi,que%20o%20documento%20tivesse%20validade.)

seis anos foram contabilizados que 637 pessoas perderam suas vidas por causa dos desastres decorrentes das chuvas. O período sazonal das chuvas de 2018/2019, por exemplo, registrou 327 óbitos, 171,7 mil pessoas ficaram desabrigadas e 819,8 mil ficaram desalojadas. O período foi o mais problemático da história e deixou mais de 14,8 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas, até 2024, quando um evento fora de qualquer expectativa ocorreu no estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, estrutura-se a perspectiva das funções clássicas do estado, alocativa, distributiva e estabilizadora para os momentos de crise , compreende-se que a governança e os mecanismos direcionados à saúde mental, como área subfinanciada do sistema único de saúde, necessita se distanciar da inação . Por sua vez, o modelo de governança atual expõe mecanismos de avaliação não incorporados à gestão política de saúde cujo foco deveriam ser os preceitos do modelo psicossocial. Assim, infere-se que os mecanismos de avaliação precisam ser ampliados (Onocko-Campos, 2019). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi apresentar reflexões em um modelo teórico-metodológico para a compreensão e enfrentamento da ecoansiedade no âmbito da gestão pública em saúde**.**

Fundamentação Teórica

Ecoansiedade

As mudanças climáticas constituem uma ameaça substancial ao bem-estar dos ecossistemas, das sociedades e dos indivíduos, com um número crescente de pesquisas destacando suas repercussões na saúde mental (OMS, 2021). São sabidos e (re)conhecidos os efeitos diretos na saúde relacionado aos eventos extremos ambientais, porém os impactos ao estado emocional ainda requer um maior número de investigações.

Para fins de exemplificação, um verão quente recorde causou quase 62 000 mortes na Europa em 2022 (Ballester *et al*., 2024) , as inundações extremas afetam 33 milhões de pessoas no Paquistão e 3,2 milhões de pessoas na Nigéria (Otto *et al*., 2023). Os países do Chifre da África (Etiópia, Eritreia, Somália, Djibouti, Quênia e Sudão) enfrentam desde o fim de 2020 a pior seca nesta enorme península do leste continente em quatro décadas (Kimutai *et al*., 2023) agravada pelas alterações climáticas, contribuindo para o agravamento da insegurança alimentar local, que afeta atualmente 46,3 milhões de pessoas (OMS, 2023) incêndios florestais queimaram partes da Europa (Toreti *et al.*, 2022), América do Sul (Naumann *et al* ., 2022) e China (Wong; Huang, 2022) **.**

Neste cenário, pouco se sabe sobre os potenciais efeitos de curto e longo prazo na saúde mental das populações. Ainda nesta perspectiva, os estudos existentes sugerem que a ansiedade climática tende a ocorrer particularmente em pessoas mais jovens devido ao aumento da consciência e preocupações com as mudanças climáticas (Hornsey *et al.*, 2016).

Em outro estudo, Wu *e* colegas (2020) afirmam que a ansiedade climática ocorre principalmente em países de baixa renda, localizados em áreas mais diretamente afetadas pelas mudanças climáticas. Sob este prisma, deve-se ter cautela para não patologizar a ansiedade climática como um transtorno de exclusiva ordem metal, porque pode transmitir a errônea mensagem de que é um problema individual, ou um problema causado por algum tipo de disfunção dentro do indivíduo (Bhullar *et al* ., 2022).

Stein *et al*., (2021) alertam contra a classificação de variações comportamentais como uma doença ou transtorno. A natureza da ansiedade climática percebida por diferentes lentes culturais, também pode impedi-la de satisfazer os critérios de diagnóstico para um transtorno

mental, e é difícil evidenciar essa ansiedade como sendo excessiva, devido à ameaça genuína da mudança climática ao bem-estar individual e coletivo (Scott-Parker *et al*., 2018).

Considerando a discussão evidenciada e ratificando que os territórios, depois de sucessivas tragédias como a brasileira estão vulneráveis problemas de saúde mental, há uma necessidade emergente de determinar se a ansiedade climática é potencialmente merecedora da atenção dos programas psicossociais públicos , considerando que população que habita nestas localidades apresentou uma suscetibilidade em uma série de aspectos emocionais negativos, dentre eles ansiedade, ecoansiedade, depressão, estresse pós traumático, sofrimentos, lutos, entre outros.

Gestão em Saúde

Os desastres ambientais ocorridos localmente promovem desafios tanto para as organizações quanto para as instituições públicas, pois estratégias de contenção e redução desses impactos são, cada vez mais, ansiadas e desejadas pela população, que sofre em situações de desastres, tanto pelas perdas materiais quanto emocionais (Itani; Vilela Jr, 2007).

Portanto, emerge a necessidade de políticas de saúde, que são práticas advindas de uma organização (Estado), que ao identificar as condições de saúde dos indivíduos, pode promover e determinar a gestão de bens e serviços ligados à saúde dos mesmos (Paim; Teixeira, 2006). Conforme os mesmos autores, observa-se também a complexidade engendrada nessa área, logo que, as decisões a serem tomadas são subsidiadas por momentos de falta de conhecimento e outros momentos em que há um adiamento dessas decisões.

A partir de Possato e Pereira (2022), evidencia-se a ocorrência de inúmeros eventos climáticos, em diversas proporções, os quais geram inúmeras consequências para as pessoas afetadas. Dessa maneira, é estimado que ocorram intervenções a fim de atender às necessidades dessa população, e um planejamento que envolva políticas públicas, para atenuar as disfunções psicológicas.

Além disso, conforme Noal et al. (2019), a população impactada por um desastre ambiental sofre com danos em sua saúde mental. Esses indivíduos podem desenvolver crises emocionais e estresse, o que, por sua vez, pode acarretar em transtornos de ansiedade e depressão. A ruptura brusca de atividades cotidianas geradas a partir de um desastre podem acarretar doenças psicológicas, devendo, sim, a Gestão Pública atenuar essa problemática (Silva; Silva; Dal Molin, 2024).

É manifestado que há um aumento considerável dessas ocorrências e desastres em nosso país, portanto, é necessário que todas as nuances que envolvem esse fenômeno sejam amplamente reconhecidas (Pacheco e Souza, 2017). Para além do atendimento ao indivíduo no momento do desastre, é imensamente importante que sejam debatidas atuações às vítimas de eventos/desastres após a ocorrência dos mesmos (Pacheco e Souza, 2017). A recuperação pós evento é tão importante quanto no momento, uma vez que as pessoas impactadas ainda precisam continuar suas vidas nas localidades atingidas (Pacheco e Souza, 2017).

O evento extremo Rio Grandense

A mudança ambiental pode romper sentimentos de longa data de conexões passadas com uma área. O apego ao lugar tem uma qualidade temporal importante (Askland e Bunn, 2018) que podem desencadear memórias passadas e conexões pessoais com lugares que contribuem para a auto conceitualização no presente (Wright, 2012).

A tragédia ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, deixou marcas dolorosas e intensas para todos que vivenciaram aquele período, o que gerou grandes impactos

e consequências para a população local, que precisou se restabelecer financeiramente e emocionalmente (Orsini, 2024; Krüger, 2024).

Conforme Silva, Silva e Dal Molin (2024), o estado do Rio Grande do Sul vem sendo atingindo, há alguns anos, por eventos climáticos extremos. Contudo, em Abril/Maio de 2024, as chuvas torrenciais foram mais prejudiciais à população, sendo considerado o mais severo desde o ano de 1941. Ao todo, 463 municípios foram atingidos com perdas irreparáveis para as pessoas que ali residiam.

Dessa forma, compreende-se que a população sul-rio-grandense, ao vivenciar essa tragédia climática intensa que foram as inundações, tornou-se suscetíveis à múltiplos estressores, que vão desde a perda de bens, separação de familiares, cotidiano alterado e o pior, o luto familiar (Lourenço *et al*., 2024).

Em complemento, é compreensível que a população, ao retornar suas atividades habituais, após a tragédia, seja amparada psicologicamente, pois deverão construir e se adaptar a uma nova rotina e enfrentar as perdas ocorridas, para que assim consigam superar esse momento de crise (Lourenço *et al*., 2024).

Discussão

Ao considerar conceitualmente a ecoansiedade/ansiedade climática como o medo crônico de enfrentar um cataclismo ambiental, na observação dos impactos das mudanças climáticas, reverberando em preocupação contínua com o futuro, tanto pessoal quanto das próximas gerações, avalia-se que a gestão pública em saúde e seus programas psicossociais são uma plataforma importante nessa assistência as tragédias ambientais e ações preventivas em educação ambiental , respeitando e cumprindo as lentes culturais locais.

Em muitas pessoas, além das vítimas diretas, após a ocorrência de um desastre, as sensações de medo e angústia tendem a ser substituídas por sentimentos de tristeza (Silva *et al*., 2024). Em eventos como os vivenciados na recente tragédia brasileira no território rio-grandense, percebeu-se que a atuação deve ponderar o fato de não dever ser uma abordagem interpretativa, o foco é não fazer a pessoa pensar no desastre ou refletir sobre.

A Ecopsicologia está entre os novos saberes que emergiram no século XX guiados por uma visão complexa do meio ambiente e do ser humano. Baseada no pensamento sistêmico e na Ecologia Profunda, a Ecopsicologia faz uma crítica à sociedade de consumo e aponta para a existência de uma sinergia entre bem-estar psicológico e a conservação ambiental. Para a Ecopsicologia, a crise ambiental é acompanhada de uma crise existencial humana. Sendo assim, compreende que não é possível abordar os problemas ambientais sem investigar também os determinantes psicológicos dos processos sustentáveis e insustentáveis. (Carvalho, 2013). Uma das estratégias da Ecopsicologia para a transformação da relação humana com o planeta é a educação ambiental .

Na perspectiva da Ecopsicologia, ao mesmo tempo em que a educação ambiental deve ser abordada de forma crítica, também precisa possibilitar o desenvolvimento de pertencimento à natureza, por meio da ampliação da identidade A educação ambiental neste cenário de mudanças paradigmáticas frente às ameaças à saúde e à qualidade de vida, tanto dos seres humanos, quanto de todos os seres do planeta, oriundas de um modo de vida insustentável, como um importante instrumento para a busca por controle e reversão da complexa das crises ambientais recorrentes (Bôlla, 2024).

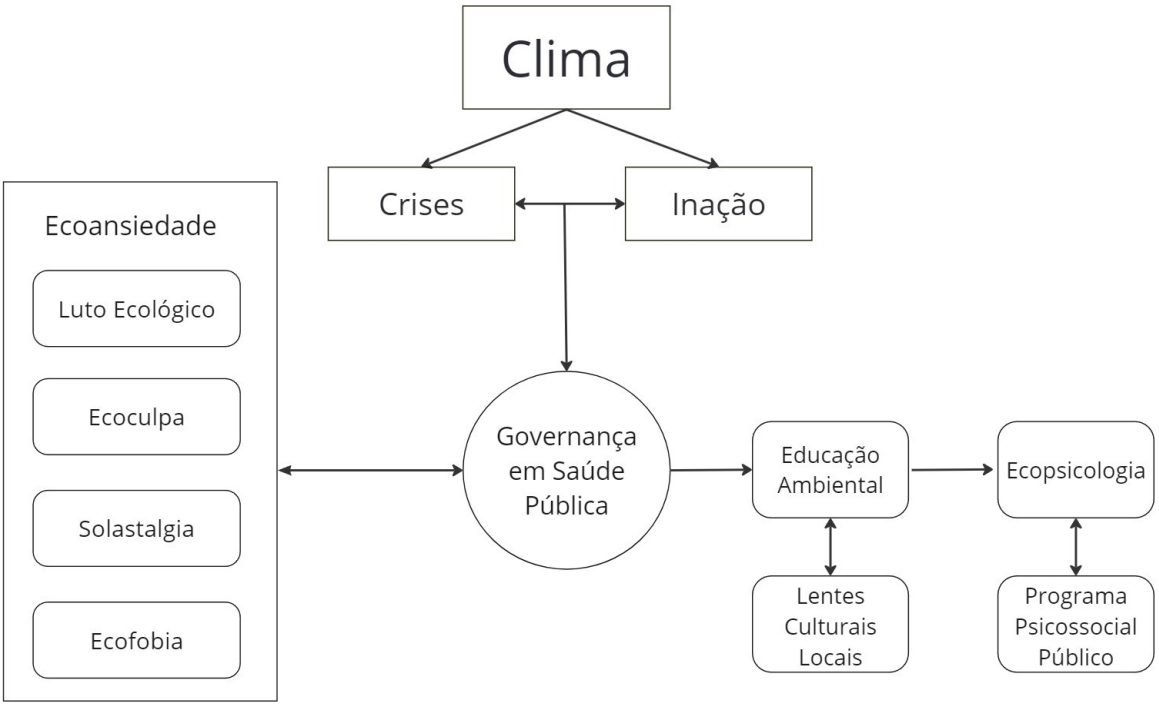
Há uma percepção dentro do escopo da ecologia política que aponte para novos paradigmas da educação ambiental, a percepção é constituída por elementos objetivos e subjetivos, racionais e não-racionais, que se desenvolvem ao longo da vida dos humanos, em constante ressignificação de sentidos em momentos de crises (Tuan, 2012; Orsi *et al*., 2015). Ela vai além da *landscape perception*: percepção do tempo e das ações humanas e não-humanas

na paisagem; tomada de consciência do ambiente pelos seres humanos; questionamento sobre passado, presente e futuro (planejamento e gestão do ambiente); e afetos pelo espaço em que se vive (Fonseca, 2024).

Kamidin et al (2010) ratificaram a percepção da relação entre educação ambiental e ecopsicologia. Foi realizado um estudo com dois grupos de professores em formação na Malásia, em que um dos grupos participou de atividades de educação ambiental e outro não. No grupo em que houve atividades de educação ambiental, constatou-se que a Ecopsicologia fortaleceu a educação ambiental. Segundo os autores, a presença da Ecopsicologia promoveu maior compromisso dos futuros profissionais para tomar ações positivas frente ao ambiente, por meio da motivação alcançada a partir do trabalho com a subjetividade e a ampliação da concepção de identidade dos participantes.

É destacada na gestão ambiental a importância da educação ambiental para promover o entendimento do ambiente em seus aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, a partir de um ponto de vista holístico, humanista, participativo e transdisciplinar, visando a sustentabilidade, traduzindo, dessa forma, a governança em saúde pública é intensificada pela ação de catalisadores, como demonstrado na figura 01.

Figura 1 - Modelo de resposta à relação da ansiedade climática e a governança em saúde pública.



Fonte : Elaboração própria.

Deste modo, a inserção da ecopsicologia no campo dos programas psicossociais públicos e da educação ambiental em consonância aos saberes e práticas sociais locais, podem ser catalisadores, gerar manifestações e intervenções positivas nos cenários cataclísmicos. E ainda colaborar para a compreensão de distintos modelos de gestão, fortalecendo os esforços na busca de uma governança efetiva no contexto de crise.

Conclusão / Contribuição

A mudança climática tem implicações importantes para a saúde e o futuro de distintas populações. As populações, por sua vez, têm pouco poder para limitar os danos ambientais sofridos, tornando-se, assim, vulneráveis à ansiedade climática. A mudança climática é um problema que requer soluções criativas como o aumento da conscientização pública, mudança de comportamento e ação governamental (BHULLAR *et al* , 2022)

As alterações do clima são cada vez mais evidentes e acarretam riscos tanto para a saúde física quanto mental das populações (IPCC 2022). Considerando que as camadas da população socioeconomicamente dependente dos programas de saúde mental públicos se encontram mais vulneráveis, o presente estudo levantou possibilidades para a gestão e enfrentamento dos cenários de crises no contexto climático com uma plataforma analítica propositiva, trazendo a educação ambiental e a ecopsicologia como catalisadores desse processo.

Como contribuição, o estudo apresentou além de reflexões da temática emergente eco ansiedade / ansiedade climática , um modelo teórico-metodológico para a compreensão e enfrentamento da ecoansiedade no âmbito da gestão pública em saúde, enfatizando a transdisciplinaridade como força motriz na captura de soluções aos frequentes episódios relacionados a crises da ordem climática.

Como limitações deste estudo, tem-se a sua própria natureza, uma vez que se trata de um artigo teórico. Ou seja, não se pode trazer dados empíricos no contexto da governança. Visto que o tema lida com muitos elementos, deve-se considerar principalmente a simetria de ações no corpo social, dada as características antes apresentadas para o problema relativo ao Antropocen , constituindo o mecanismo de responsabilização às gerações, mas, cientes que é a atual sociedade que precisa buscar soluções de enfrentamento.

Referências Bibliográficas

ALBRECHT, Glenn et al. Solastalgia: the distress caused by environmental change. **Australasian psychiatry**, v. 15, n. 1_suppl, p. S95-S98, 2007. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18027145/. Acesso em: 10 jul. 2024

Askland, H. H., & Bunn, M.. Lived experiences of environmental change: Solastalgia, power and place. **Emotion, Space and Society,** 27, 16–22. 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1755458617301469. Acesso em: 10 jul. 2024

BALLESTER, Joan et al. Author correction: Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022. **Nature medicine**, v. 30, n. 2, p. 603-603, 2024. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41591-023-02419-z. Acesso em: 10 jul. 2024

BHULLAR, Navjot et al. Climate anxiety does not need a diagnosis of a mental health disorder. **The Lancet Planetary Health**, v. 6, n. 5, p. e383, 2022. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(22)00072-9/fulltext. Acesso em: 10 jul. 2024

BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. **A natureza precisa das crianças e as crianças precisam da natureza: a integração entre ecopsicologia e educação como um caminho para o bem-estar e a sustentabilidade.** 2019.Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (Doutorado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Disponível em : https://www.academia.edu/82132167/A_natureza_precisa_das_crian%C3%A7as_e_as_crian

%C3%A7as_precisam_da_natureza_a_integra%C3%A7%C3%A3o_entre_ecopsicologia_e_educa%C3%A7%C3%A3o_como_um_caminho_para_o_bem_estar_e_a_sustentabilidade Acesso em: 10 jul. 2024

CLAYTON, Susan; KARAZSIA, Bryan T. Development and validation of a measure of climate change anxiety. **Journal of environmental psychology**, v. 69, p. 101434, 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494419307145. Acesso em: 10 jul. 2024

FONSECA, Ana Silvia Andreu. Imagens poéticas do fim do mundo: arte, eco-comunicação e percepção ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/knNMQsF4KHz6XW3ByxdpxBb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024

HICKMAN, Caroline et al. Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 12, p. e863-e873, 2021. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(21)00278-3/fulltext. Acesso em: 10 jul. 2024

HORNSEY, Matthew J. et al. Meta-analyses of the determinants and outcomes of belief in climate change. **Nature climate change**, v. 6, n. 6, p. 622-626, 2016.

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. **Mapas**. Disponível em: https://mapas.inmet.gov.br/. Acesso em: 10 de junho de 2024.

ISLAM, Nazrul; WINKEL, John. **Climate change and social inequality**. 2017.

ITANI, Alice; VILELA JUNIOR, Alcir; MEIO AMBIENTE & SAÚDE: DESAFIOS PARA A GESTÃO. – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.3, Artigo 2, abril 2007. Disponível em: https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/2007-art-2-portugues.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

KAMIDIN, Tiwi et al. Inception of Eco-psychology Elements in Environmental Education among Teacher Trainees. **Malaysian Journal of Environmental Management**, n.2, p.79-94, 2010.

KIMUTAI, Joyce et al. **Human-induced climate change increased drought severity in Horn of Africa**. 2023.

KRÜGER, Aline Carmes. Desastres ambientais: as memórias perdidas no Rio Grande do Sul. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, *[S. l.]*, v. 34, n. 68, p. 1–2, 2024. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1272. Acesso em: 14 jul. 2024.

LANCET COUNTDOWN. **The Lancet Countdown 2023 report: Accelerating action to 2030**. 2023. Disponível em: https://www.lancetcountdown.org/2023-report/. Acesso em: 16 jun. 2024.

LOURENÇO, Ricardo et al. **Os efeitos das inundações e alagamentos na saúde mental e na incidência de doenças**. 2024.

MELGAREJO, Leonardo. Rio Grande do Sul: capitalismo do desastre ou Agroecologia?. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 19, n. 2, p. 120-130, 2024.

NAUMANN, Gustavo et al. **Extreme and long-term drought in the La Plata Basin: event evolution and impact assessment until September 2022**. 2023.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. e00048419, 2019.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00156119, 2019.

OPPERMANN, Elspeth et al. Establishing intensifying chronic exposure to extreme heat as a slow onset event with implications for health, wellbeing, productivity, society and economy. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 50, p. 225-235, 2021.

ORSI, R.; WEILER, J.; CARLETTO, D.;VOLOSZIN, M. Percepção ambiental: uma experiência de ressignificação dos sentidos. REMEA – **Rev Eletr do Mest em Educ Amb**, v. 32, n. 1, 2015.

ORSINI, Marco. A enchente que não se enxerga. **Enfermagem Brasil**, v. 23, n. 1, p. 1257-1257, 2024.

OTTO, Friederike EL et al. Climate change increased extreme monsoon rainfall, flooding highly vulnerable communities in Pakistan. **Environmental Research: Climate**, v. 2, n. 2, p. 025001, 2023.

PACHECO, Raquel Ferreira; SOUZA, Silvia Regina Eulálio. A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres. **Pretextos–Revista de Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 3, 2017.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Rev Saúde Pública,** 2006;40(N Esp):73-8. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2006.v40nspe/73-78/pt. Acesso em: 08 jul. 2024.

PÊGO, Bolívar; NAGAMINE, Líria; KRÜGER, Caroline; MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil:** o litoral em sua dimensão fronteiriça. Brasília: Ipea, 2023.

PIHKALA, Panu. Anxiety and the ecological crisis: An analysis of eco-anxiety and climate anxiety. **Sustainability**, v. 12, n. 19, p. 7836, 2020.

POSSATO,A.L.C; PEREIRA, B.S. Políticas Públicas de saúde nas emergências em desastres- **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483 https://agenciabrasil.ebc.com.br/

SCOTT-PARKER, Bridie; KUMAR, Roselyn. Fijian adolescents' understanding and evaluation of climate change: Implications for enabling effective future adaptation. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 59, n. 1, p. 47-59, 2018.

SHETH, Chandni; MCGLADE, Erin; YURGELUN-TODD, Deborah. Chronic stress in adolescents and its neurobiological and psychopathological consequences: an RDoC perspective. **Chronic Stress**, v. 1, p. 2470547017715645, 2017.

SILVA, Diego; SILVA, Rosa Kioko Ilda; DAL MOLIN, Evandinei. INTERVENÇÕES EM RISCOS E DESASTRES: O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ACOLHIMENTO DAS DEMANDAS EMOCIONAIS DA POPULAÇÃO QUE SOFRE COM AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 5378-5390, 2024.

STEIN, Dan J.; PALK, Andrea C.; KENDLER, Kenneth S. What is a mental disorder? An exemplar-focused approach. **Psychological medicine**, v. 51, n. 6, p. 894-901, 2021.

TORETI, Andrea et al. Drought in Europe august 2022. **Publications Office of the European Union: Luxembourg**, p. 130493, 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad.: Oliveira, L. Londrina, PR: Eduel, 2012.

VERPLANKEN, Bas; MARKS, Elizabeth; DOBROMIR, Alexandru I. On the nature of eco-anxiety: How constructive or unconstructive is habitual worry about global warming?. **Journal of Environmental Psychology**, v. 72, p. 101528, 2020.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). Disponível em: https://public.wmo.int/. Acesso em : 16 jun. 2024.

Wright, K. (2012). Pining for the present: Ecological remembrance and healing in the armidale state forest. Environmental Philosophy, 9(1), 109–126. https://doi.org/10.5840/envirophil2012917

WU, Judy; SNELL, Gaelen; SAMJI, Hasina. Climate anxiety in young people: a call to action. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e435-e436, 2020.

Yang, Xingyi, and Xinchao Wang. "**GPT as Visual Explainer**." 2022.